

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RECURSOS HÍDRICOS – ABRHidro**  
**Comissão Técnica de Águas Urbanas**

**NOTA TÉCNICA E DE SOLIDARIEDADE**

A Comissão Técnica de Águas Urbanas da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRHidro), composta por profissionais e pesquisadores dedicados ao estudo, planejamento e gestão das águas urbanas, manifesta profundo pesar pelas vidas perdidas e solidariedade às famílias atingidas pelos eventos hidrológicos e geodinâmicos ocorridos em Juiz de Fora, Ubá, Cataguases e demais municípios da Zona da Mata Mineira. Atuando na promoção do manejo sustentável das águas pluviais, na gestão de cheias e na integração entre drenagem, planejamento urbano e segurança hídrica, a Comissão reafirma seu compromisso com o fortalecimento técnico das políticas públicas e estende seu reconhecimento às equipes da Defesa Civil, do Corpo de Bombeiros, aos profissionais de saúde, gestores públicos e voluntários que atuam na resposta emergencial.

Os acumulados de precipitação registrados na região ao longo do mês de fevereiro de 2026 evidenciam a magnitude do evento extremo. Embora os volumes tenham variado entre os municípios, Juiz de Fora ultrapassou 700 mm acumulados no mês, valor significativamente superior às médias climatológicas históricas. Em um único dia, foram registrados, em diversos municípios da Zona da Mata Mineira, aproximadamente 200 mm de chuva concentrados em poucas horas, caracterizando precipitação de alta intensidade, com elevado potencial de geração de escoamento superficial rápido, sobrecarga dos sistemas de drenagem urbana e instabilização de encostas. Tal concentração pluviométrica, associada à saturação prévia dos solos, favoreceu a ocorrência simultânea de inundações, enxurradas e movimentos de massa.

O episódio foi precedido por alerta de risco alto para ocorrência de eventos hidrológicos e geológicos emitido pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN), evidenciando a previsibilidade técnica das condições adversas. Juiz de Fora apresenta contingente expressivo de população residente em áreas de risco previamente mapeadas, com aproximadamente 129 mil habitantes situados em setores classificados como suscetíveis a processos adversos. Diagnósticos elaborados pelo Serviço Geológico do Brasil identificaram dezenas de áreas classificadas como de risco alto e muito alto no perímetro urbano, reforçando a necessidade de permanente atualização dos instrumentos de ordenamento territorial e prevenção de desastres.

O evento recente insere-se em um contexto amplamente documentado de intensificação dos extremos climáticos no Brasil. O relatório “Estado do Clima, Extremos de Clima e Desastres no Brasil em 2025” registra que 2025 foi o terceiro ano mais quente já observado globalmente, com temperatura média de 14,97 °C, correspondente a 1,47 °C acima do nível pré-industrial (1850–1900), mantendo os últimos 11 anos entre os mais quentes da série histórica. O documento aponta que milhares de municípios brasileiros registraram desastres climáticos ao longo de 2025, com predominância de eventos associados a chuvas intensas, alagamentos e deslizamentos.

No que se refere especificamente às precipitações, são descritos episódios com acumulados superiores a 100 mm/dia em diferentes estados e com alturas de chuva acumuladas superiores a 200 mm em poucos dias, associados a transbordamentos de rios e decretação de situações de emergência. Paralelamente, o relatório documenta a ocorrência de 503 municípios em condição de seca severa ou extrema no trimestre setembro–outubro–novembro de 2025, com áreas permanecendo nessas categorias por até dez meses consecutivos. O estudo também identifica maior suscetibilidade das regiões Sul e Sudeste à ocorrência de extremos hidrometeorológicos.

Do ponto de vista técnico, desastres hidrológicos e geodinâmicos resultam da combinação entre intensidade pluviométrica, características geomorfológicas, padrões de ocupação do solo e capacidade da infraestrutura urbana. A impermeabilização extensiva, a ocupação de planícies de inundação e encostas, a supressão de áreas naturais de retenção hídrica, o subdimensionamento de sistemas de drenagem e a ausência de manutenção, frente a novos parâmetros hidrológicos, ampliam significativamente o risco. A adaptação das cidades aos cenários climáticos documentados exige revisão de parâmetros de projeto, atualização de planos diretores e de manejo de águas pluviais urbanas, ampliação da rede de monitoramento hidrometeorológico e incorporação de soluções estruturais e baseadas na natureza capazes de aumentar a capacidade de amortecimento das bacias urbanas.

A reconstrução das áreas afetadas deve estar fundamentada em critérios técnicos rigorosos e integrada às políticas de ordenamento territorial, habitação, saneamento, proteção ambiental, saúde pública e defesa civil. A construção de cidades resilientes demanda planejamento contínuo, investimento consistente em prevenção e incorporação explícita dos cenários climáticos atualizados aos instrumentos de gestão urbana.

As imagens que acompanham esta Nota Técnica evidenciam o contraste entre a cidade que se busca construir e a realidade recentemente enfrentada pelo município de Cataguases. A primeira imagem, finalista do concurso de fotografias do XV Encontro Nacional de Águas Urbanas de 2024, sob o tema “Beleza na Água”, retrata a paisagem urbana, sob os olhos de uma cataguasense, integrada ao curso d’água em condição de normalidade, simbolizando a convivência equilibrada entre cidade e rio, com reconhecimento de seu valor ambiental, paisagístico e funcional. A segunda imagem registra a situação vivenciada pelo município durante o evento extremo, quando a elevação dos níveis fluviais e a intensidade das chuvas evidenciaram a vulnerabilidade do espaço urbano. O contraste reforça que os impactos observados não resultam apenas da magnitude da

precipitação, mas da interação entre extremos climáticos, fragilidades estruturais e exposição ao risco acumuladas ao longo do processo de ocupação territorial.



Foto: Aline de Araújo Nunes



Foto: DronesKta/Divulgação

A Comissão Técnica de Águas Urbanas da ABRHidro reafirma seu compromisso com a promoção do conhecimento técnico-científico e com o fortalecimento da gestão integrada das águas urbanas, colocando-se à disposição para contribuir tecnicamente com os municípios da Zona da Mata Mineira no processo de reconstrução e aprimoramento das políticas públicas de prevenção e adaptação, com o objetivo de reduzir vulnerabilidades e proteger vidas.

Porto Alegre, 04 de março de 2026.

Comissão Técnica de Águas Urbanas  
Associação Brasileira de Recursos Hídricos – ABRHidro

### **Referências Técnicas**

CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS (CEMADEN). *Estado do Clima, Extremos de Clima e Desastres no Brasil em 2025*. Volume 02. São José dos Campos: CEMADEN, fevereiro de 2026.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL (CPRM). *Diagnóstico da População em Áreas de Risco Geológico – Juiz de Fora, MG*. Belo Horizonte: CPRM, 2021.

OBSERVATÓRIO DE CLIMA E SAÚDE – FIOCRUZ; UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF). *Impactos das Inundações e Deslizamentos em Juiz de Fora e Região (MG) e Recomendações para o Setor Saúde*. Nota Técnica, 27 de fevereiro de 2026.